



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Sala das Comissões

Aos **dez dias do mês de abril de dois mil e dezenove**, reuniram-se ordinariamente, em comum acordo e conjunto, nas dependências da Câmara Municipal de Alta Floresta, Mato Grosso, as **comissões de Legislação, Justiça e Redação Final<sup>1</sup>; e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária<sup>2</sup>**; com a presença dos vereadores: Aparecida Scatambuli Siculo (Cida), que dirigiu os trabalhos; Luiz Carlos de Queiróz; Valdecir José dos Santos; e Marcos Roberto Menin, com a finalidade de tratarem do seguinte **Expediente: 1) Projeto de Lei nº 1966/2018** (Poder Executivo Municipal) - Dispõe sobre os Benefícios Eventuais no Âmbito da Política Municipal do Sistema Único de Assistência Social de Alta Floresta - SUAS/Alta Floresta – e dá outras providências, incluso parecer jurídico favorável com recomendações, observado a dilação de prazo deferida pelo presidente do legislativo, tal qual reuniões anteriores definiram manter a proposta na comissão inerente, até o pronunciamento da representante da Secretaria de Assistência Social, Sra. Sirlei, qual ajustou em reunião pretérita destas comissões de proceder com alterações e/ou substituição da proposta. **2) Projeto de Lei nº 011/2019** (vereador Charles Miranda Medeiros) - Institui o “Dia Municipal do Doador Voluntário de Sangue” e a “Semana Municipal de Orientação e Incentivo à Doação de Sangue”, e dá outras providências, sob o crivo da Secretaria Jurídica e conferido prazo à comissão inerente para exarar parecer, o qual definiram aguardar o opinamento jurídico, e tratar em outra ocasião. **3) Projeto de Lei nº 012/2019** (vereador Charles Miranda Medeiros) - Revoga a Lei Municipal nº 1179, de 25 de setembro de 2002, sob o crivo da Secretaria Jurídica e conferido prazo à comissão inerente para exarar parecer, o qual definiram aguardar o opinamento jurídico, e tratar em outra ocasião. **4) Projeto de Lei nº 1975/2019** (Executivo Municipal) - dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico, o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências, sob o crivo da Secretaria Jurídica, o qual ratificaram o envio à Secretaria Jurídica, através de email, do Ofício n.º 028/2019-M13, de 28/03/2019, do vereador Mequiel Zacarias Ferreira, de que trata da indicação de realização de audiência pública para apresentação e discussão final do projeto em lei em questão pelas razões que especifica, portanto, considerando a ausência, até então, do parecer jurídico definiram solicitar dilação de prazo ao presidente para expedição do parecer da comissão inerente e, portanto, tratar em outra ocasião. **5) Projeto de**



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Sala das Comissões

**Lei nº 1976/2019** (Executivo Municipal) - Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Alta Floresta, sob o crivo da Secretaria Jurídica, o qual definiram aguardar o opinamento jurídico, e, portanto, tratar em outra ocasião. **6) Projeto de Lei nº 1978/2019** (Executivo Municipal) - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, na estrutura da Lei n.º 2.476, de 20 de dezembro de 2018 - Lei Orçamentária Anual do Município do Exercício de 2019, e dá outras providências, sob o crivo da Secretaria Jurídica, o qual definiram aguardar o opinamento jurídico e, portanto, tratar em outra ocasião. **7) Projeto Decreto Legislativo nº 002/2019** (vereadora Elisa Gomes Machado) - Concede Prêmio Mulher Destaque à Cássia Aparecida da Silva Dall'igna, sob o crivo da Secretaria Jurídica, o qual, ratificaram o envio, por email, do Memorando expedido pelo presidente do Legislativo, quanto a não realização do Prêmio em face aos serviços de biometria da Justiça Federal no recinto do plenário, com isto, aguardariam pelo opinamento jurídico e, portanto, deliberariam em outra ocasião. **8) Projeto de Lei nº 1977/2019** (Executivo Municipal) - altera o § 2º do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.419/2005, e dá outras providências, sob o crivo da Secretaria Jurídica, o qual definiram aguardar o opinamento jurídico e, portanto, tratar em outra ocasião. **9) Veto Nº 002/2019** (do Poder Executivo Municipal) – Veto parcial ao Projeto de Lei nº 1963/2018, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que “altera o art. 321 da Lei Municipal nº 1.527/2006 (Código Tributário Municipal) e dá outras providências”, sob o crivo da secretaria jurídica, o qual tão somente acusaram o recebimento e, com vistas o prazo regimental de 10 (dez) dias à deliberação, definiram aguardar o posicionamento jurídico e, portanto, tratar na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião e eu, José Tito dos Santos, Secretário de Divisão Parlamentar, lavrei e digitei a presente ata, que após lida e achada conforme vai por mim subscrita e assinada pelos membros da comissão.

---

**<sup>1</sup> Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**

Presidente: Ver<sup>a</sup>. Aparecida Scatambuli Sicuto – Cida (PSDB)

Vice-Presidente/Relator: Ver. Luiz Carlos de Queiróz (MDB)

Membro: Ver. Valdecir José dos Santos – Mendonça (PSC)

**<sup>2</sup> Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária**

Presidente: Ver. Luiz Carlos de Queiroz (MDB)

Vice-Presidente/Relator: Ver. Marcos Roberto Menin (DEM)

Membro: Ver<sup>a</sup>. Aparecida Scatambuli Sicuto – Cida (PSDB)